

A.06.88

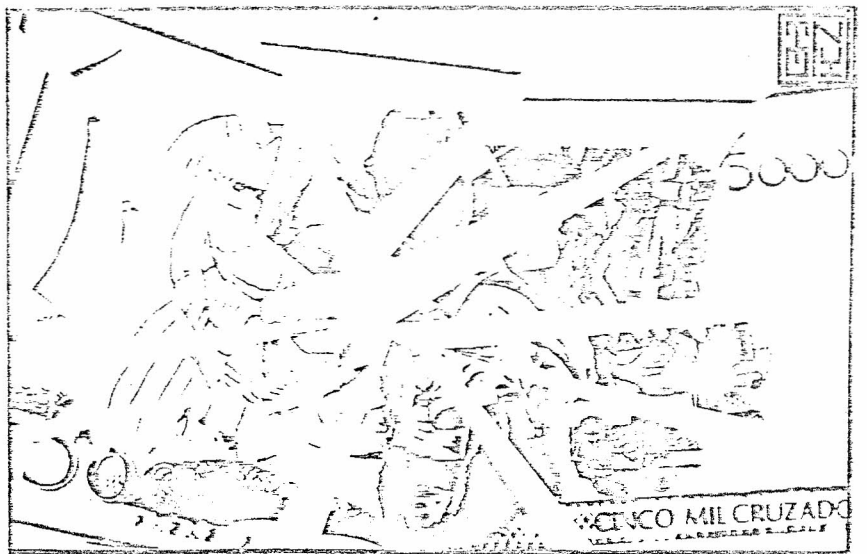
Nossa crise aproxima-se, muito plausivelmente, do seu desenlace. Ela tornou-se, atualmente, interessante, tanto à economia interna, como às relações com o exterior. E o epicentro dessa crise multifacetada está nas finanças do Estado, com reflexo imediato sobre a moeda nacional, em processo de delinqüescência, isto é, de hiperinflação.

Uma crise assim não pode durar. Nem costuma durar. Ao contrário da nossa inflação histórica — essa que acompanhava virtualmente todo o nosso processo de industrialização, exacerbando-se quando, com a conjuntura, a demanda global declinava, e amainando quando a conjuntura e a demanda voltavam a elevar-se (para o desespero dos professores de economia que ensinavam aos seus alunos que isso estava errado) — a inflação que aí temos é uma hiperinflação, que torna a moeda um instrumento inservível. De há muito que nossa moeda era um imprétable meio de entesouramento, sem as muletas da correção monetária, mas era um perfeito meio de pagamento, cujo poder liberatório não era — nem havia por que sê-lo — posto em causa. E, com aquelas muletas, era também uma aceitável unidade de cálculo, ou medida de valor. Agora, mesmo essas funções tornaram-se discutíveis e, sem a regeneração de tal moeda, não há política econômica que se possa pôr em prática.

No fundo, como causação imediata desse processo de delinqüescência da moeda, vamos encontrar o estado falimentar das finanças públicas. E, por finanças públicas — dando o grau de unificação já alcançado pela economia nacional, que reduziu a federação a uma reminiscência meiancônica, digam o que quiserem os nossos constituintes de esquerda, centro e direita — devemos entender as finanças do governo central, que insistimos em chamar de União, como ao tempo em que a federação tinha existência real. Acumudou-se uma imensa dívida — interna e externa —, imensa, se comparada com variáveis tais como a receita tributária ou o comércio exterior, mas relativamente irrelevante, se comparada ao potencial já criado pela economia nacional, grande parte do qual permanece ocioso.

Nos anos 70 levamos muito longe a implantação de um vigoroso Departamento 1. Tanto o propriamente dito, isto é, a indústria pesada produtora de bens de produção, como o virtual, isto é, uma agricultura e uma produção primária, capazes de dar-nos as divisas para a compra de bens de produção no exterior. Não obstante, enquanto isso foi possível, continuamos a endividar-nos no exterior para a aquisição de bens que já estávamos em condições de produzir, numa efetiva operação de "dumping", não contra economias azevitadas, mas contra nossa própria economia.

Em parte, "magna pars", em consequência desse "dumping", asseguramos financiamento por endividamento externo às atividades integrantes do aludido Departamento 1 — o formal e o virtual — que permaneceriam antes pelas atividades contempladas no Departamento 2, isto é, a indústria leve e o comércio exterior, que também foram afetados pelo "dumping".



dentos sociais suscetíveis de resultarem do uso da aludida capacidade ociosa, somente pode ser suscitada em atividades dotadas de capacidade inexistente ou insuficiente. Essas atividades existem, epitomizadas nos grandes serviços de utilidade pública, como a energia, os transportes pesados de carga e passageiros, inclusive toda uma coleção de metropolitanos e um sistema ferroviário virtualmente novo, água, esgotos, gás (natural e de usina) etc etc. Mas estão organizadas como serviços públicos concedidos a empresas públicas.

Dado este enquadramento institucional, essas atividades, para se desenvolverem, estão carecidas de investimentos que somente poderão promover o desenvolvimento nacional, isto é, a superação da prolongada fase recessiva do ciclo endógeno em que estamos imersos, desde 1980, na hipótese de serem financiados por poupança a resultar da plena utilização da capacidade ociosa dos setores que a tiverem, a começar pelo referido Departamento 1 do sistema econômico nacional. O financiamento via tarifa teria efeito fortemente regressivo, agravando o esquema já insuportável de distribuição da renda; não seria muito diferente, a vista do estilo fortemente regressivo do nosso sistema tributário — mesmo no caso do imposto de Renda — se tentássemos, e pudessemos, financiar os investimentos nos novos serviços pela via do imposto.

Temporária e imperfeitamente, tentamos resolver o problema pelo apelo ao crédito, garantido pelo aval do Tesouro, já que a garantia real raramente se aplica, no caso de financiamentos a serviços de utilidade pública. Geralmente, só o Estado pode receber tais garantias reais e as empresas públicas concessionárias de serviços públicos são, elas próprias, Estado. Noutros termos, o Estado estaria hipotecando seus bens e si mesmo, um mere jogo de faz-de-conta.

Ora, o aval do Tesouro, nessas condições, teria e teve, como lastro, recursos fiscais e para-fiscais futuros. Chegou o momento em que não havia mais recursos futuros a comprometer e o crédito tornou-se usurário, dada a possibilidade de pagamento por meio de títulos de dívida, isto é, de papel-moeda, que não tem lastro algum. Assim, o crédito tornou-se um jogo de faz-de-conta, e o Estado, ao tentar resolver o problema pelo apelo ao crédito, acabou por agravar o problema.

investimentos, apenas pela capitalização dos juros cada vez mais extorsivos.

Por outras palavras, a conjuntura tornava-se recessiva, por efeito da queda do estorço de formação de capital. O desemprego se elevava, formal e informalmente, e a falha de um sistema sério de seguro contra o desemprego, tivemos o crescimento descabido do emprego na função pública, isto é, o empreguismo, usado inclusive como artifício eleitoral, como se fosse possível subornar, não algumas pessoas, mas milhões delas.

Tocávamos, assim, o fundo do poço da crise. O governo parece jogar tudo na expectativa do dinheiro novo a ser suprido pelos credores externos, o que, na improvável hipótese de confirmarse seria desastroso. Improvável, porque só um banqueiro irresponsável, lançaria dinheiro bom, no encargo de mau dinheiro, emprestando a um devedor insolvente e sem expectativa de melhorar; desastroso, porque formalizaria o "dumping" da economia nacional, chegando a condições já francamente recessivas.

O restante apelo à emissão de papel-moeda como meio de cobrir o déficit do Tesouro e financiar investimentos novos — ou simplesmente promover um empreguismo suplementar para ganhar as próximas eleições, nas urnas populares ou, simplesmente, no marcador eletrônico da Assembleia Nacional Constituinte — não pode conduzir senão à confirmação da hiperinflação.

A qual, como se sabe, tem fôlego curto, e não pode servir de base a nenhuma política séria. Como alternativa, temos a privatização dos serviços de utilidade pública, abrindo-se aos investimentos a serem financiados pela poupança resultante da utilização da capacidade ociosa do sistema, como vimos concentrada agora no Departamento 1 do sistema.

A imaginação, naturalmente doentia de um governo confrontado com tal aperto, não se esgotou ainda e há breves expectativas de comprometimento dos credores externos, apelo para emprestar como caso de emergência, isto é, para "dumping" da economia nacional, isto é, para a emissão de papel-moeda, que não tem lastro algum. Assim, o crédito tornou-se um jogo de faz-de-conta, e o Estado, ao tentar resolver o problema pelo apelo ao crédito, acabou por agravar o problema.